

**PLANILHA DE PROJETOS LEGISLATIVOS DE INTERESSE DO CAU/BR**
08 DE ABRIL DE 2016

Por determinação do Presidente do CAU/BR, Arquiteto e Urbanista Haroldo Pinheiro, publicaremos semanalmente uma Planilha de Projetos Legislativos de interesse deste Conselho.

	Identificação	Autor	Ementa	Síntese	Última Ação	Casa Atual
1	PLS 00550/2011 SF	Sen. Walter Pinheiro - PT/BA	Altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.	Altera a Lei Complementar nº 103/2000 para dispor que o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior não será fixado em valor inferior a R\$ 1.635,00 (mil e seiscentos e trinta e cinco reais), a partir da data da publicação desta Lei Complementar, sendo que o valor será reajustado anualmente, sempre em 1º de janeiro de cada ano, pela variação integral anual do índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto	Data: 27/02/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador José Pimentel, contrário ao Projeto. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				Brasileiro de Economia e Estatística - IBGE. Assunto: Educação - Social		
2	PLS 00368/2012 SF	Sen. Ana Amélia – PP/RS	Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas.	Altera a redação do § 9º e acresce § 10 ao art. 4º da Lei nº 12.651/12 (dispõe sobre a proteção da vegetação nativa) para considerar, no § 9º da mencionada Lei, como Área de Preservação Permanente, as áreas urbanas, assim entendidas as áreas compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, as faixas marginais de qualquer curso d'água natural que delimitem as áreas da faixa de passagem de inundação terão sua largura determinada	Data: 18/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Juntado ao processado o Ofício nº 2095/2015/CVJ/DSL da Câmara de Vereadores de Joinville, que encaminha moção pela aprovação do projeto. (fls.34 a 39) A matéria retorna ao gabinete do relator, Senador Roberto Rocha. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				pelos respectivos Planos Diretores e Leis de Uso do Solo, ouvidos os Conselhos Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, e respeitado, no que couber, o plano de defesa civil. Sendo que, de acordo como o § 10 da mencionada Lei, no caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetro		
3	PLS 00066/2014 SF	Sen. Paulo Bauer – PSDB/SC	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos.	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para dispor sobre o estabelecimento de faixas não-edificáveis e limitações à edificabilidade em loteamentos urbanos. Redefine a limitação por meio de nova redação ao inciso III do art. 4º passando da	Data: 31/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido ao relator, Senador VALDIR RAUPP, para reexame. Juntada cópia do relatório às fls. 28 a 32. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				redação dada pela Lei 10.932, de 2004, segundo a qual “III - ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica;” para: “III - serão reservadas faixas não-edificáveis e estabelecidas limitações à edificabilidade necessárias para garantir a segurança, a saúde e o conforto da população e a		
4	PLS 00037/2011 SF	Sen. Marco Crivella – PRB/RJ	Altera a Lei nº. 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para incluir a obrigatoriedade de as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica substituírem redes aéreas de distribuição	Altera o art. 16 da Lei 9.427/1996 para obrigar as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica a	Data: 28/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Em reunião realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do relator, Senador Elmano Férrer. Ao Gabinete do Relator, Senador Elmano Férrer, para reanálise. Situação: MATÉRIA	Senado Federal



			de energia por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes e dá outras providências.	substituírem as redes aéreas de distribuição de energia elétrica por redes subterrâneas em cidades com mais de 100 mil habitantes.	COM A RELATORIA	
5	PLS 00504/2013 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, para dispor sobre a desapropriação para reparcelamento do solo.	Altera o Decreto-Lei nº 3365/41 – que Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública – para estabelecer que a desapropriação poderá abranger área contígua necessária ao desenvolvimento da obra ou destinada a reparcelamento do solo; define reparcelamento do solo; estabelece que os lotes resultantes de reparcelamento do solo e as unidades imobiliárias sobre eles eventualmente edificadas poderão ser incorporados ao patrimônio público na condição de bens dominicais ou alienados a terceiros; determina que na	Data: 17/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CRA - Comissão de Agricultura e Reforma Agrária A Sra. Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Acir Gurgacz relator do PLS nº 504, de 2013. (fl. 15) Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				hipótese de reparcelamento do solo integrado a obra pública, a declaração de utilidade pública deverá delimitar as áreas indispensáveis à realização da obra e as que se destinam ao reparcelamento; condiciona a declaração de utilidade pública para reparcelamento do solo à prévia aprovação		
6	PLS 00252/2014 SF	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.	Determina que a adoção de práticas de construção sustentável será observada como diretriz na execução da política urbana e no tocante às edificações de propriedade da União, compreendendo a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de	Data: 14/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Devolvido pelo relator, Senador JORGE VIANA, com relatório pela aprovação do projeto na forma do substitutivo que apresenta. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				reutilização de água.		
7	PEC 00013/2014 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP e outros	Inclui os arts. 18-A e 159-A e altera o art. 182 da Constituição Federal, para dispor sobre a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Altera a Constituição Federal para dispor sobre a criação e a instituição de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.	Data: 24/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Ronaldo Caiado. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
8	PEC 00014/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima – PSDB/PB e outros	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Altera o art. 37 da Constituição Federal, que trata da Administração Pública, para permitir que profissionais da engenharia e arquitetura possam exercer, cumulativamente, dois cargos públicos.	Data: 26/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXPE - Secretaria de Expediente Anexado Ofício SF nº 320 de 26/03/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando ao exame daquela casa a Proposta de Emenda à Constituição, nos termos do art. 65 da Constituição Federal (fls. 90 a 91). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	Senado Federal
9	PLS 00118/2012 SF	Sen. Lúcia Vânia – PSB/GO	Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de	Altera a Lei 8.666, de 1993, que “Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”, no art. 40 para que o edital licitatório indique,	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



			obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.	obrigatoriamente, no caso de obras e de serviços de engenharia, a definição das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, aptas a permitir que se afirmem objetivamente os respectivos andamentos, constituindo obrigação contratual o seu fornecimento ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e a definição da periodicidade, nunca superior a 1 (um) ano, em que deverão ser prestadas pelo contratado estas informações; define como cláusulas necessárias em		
10	PLS	Comissão -	Institui normas para	Estabelece normas	Data: 23/02/2016 Casa: Senado	Senado



	00559/2013 SF	CT - Modernização da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/1993)	licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações), a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 (que instituiu a modalidade de pregão nas licitações) e os arts. 1 a 47 da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 (Regime Diferenciado de Contratações – RDC). (Projeto da nova lei de licitações, da Comissão Temporária de modernização da Lei de Licitações e Contratos).	Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente em exercício da Comissão, senador Raimundo Lira, designa o senador Fernando Bezerra Coelho relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Federal
11	PLS 00056/2012 SF	Sen. Pedro Taques – PDT/MT	Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.	Estabelece, nos termos do inciso XXVII do art. 22 da Constituição Federal, normas de execução, fiscalização, controle e recebimento na	Data: 10/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 17h30min, o Relatório do Senador Alvaro Dias, com voto pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1- CAE a 6-CAE e 22-CI, pelo acolhimento	Senado Federal



				<p>contratação de obras públicas, aplicando-se à União, aos Estados e ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem exclusão dos princípios e normas gerais contidos nas Leis nºs 8.666/93 e 10.520/02 (art. 1º e 2º); define sobrepreço, superfaturamento, jogo de planilha (art. 3º); estabelece de forma clara e objetiva as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o projeto básico de obra ou serviço de engenharia, define empreitada por preço global e o que o contrato firmado por essa modalidade deverá conter, define</p>	<p>parcial da Emenda nº 7-CAE, com a subemenda apresentada, e com três Emendas que apresenta. Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO</p>	
--	--	--	--	--	---	--



				a empreitada por preço		
12	PLS 00236/2012 SF	José Sarney	Reforma do Código Penal Brasileiro.	Institui novo Código Penal, sendo dividido em Parte Geral (art. 1º ao 120) e Parte Especial (art. 121 ao 541). Sendo a Parte Geral dividida nos seguintes Títulos: I - Aplicação da Lei Penal (art. 1º ao 13); II - Do Crime (art. 14 ao 44); III - Das Penas (art. 45 ao 70); VI - Da Individualização das Penas (art. 71 ao 94); V - Medidas de Segurança (art. 95 ao 98); VI - Ação Penal (art. 99 ao 104); VII - Barganha e Colaboração com a Justiça (art. 105 ao 106); VIII - Extinção da Punibilidade (art. 107 ao 120). A Parte Especial tem os seguintes Títulos: I - Crimes Contra a Vida (art. 121 ao 154); II - Crimes Contra o Patrimônio (art. 155	Data: 22/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Juntei, de ordem da Presidência do Senado Federal, o Ofício SGP nº 5303/2015, de 15/10/2015, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, com manifestação sobre a matéria (fls. 4690 a 4693 do Volume XII do PLS nº 236, de 2012). Matéria aguardando distribuição. (Tramitam anexadas ao PLS nº 236, de 2012, as seguintes matérias: Projetos de Lei da Câmara nºs 80, 81 e 82, de 2012; 9 e 10, de 2013; e os Projetos de Lei do Senado nºs 233, 236 e 237, de 2009; 50, 90, 101, 125, 150, 166, 183, 282, 306, 308, 337, 358, 359, 367, 385, 386, 410, 419, 422, 427, 456, 457, 481, 484, 501, 520, 555, 567, 646, 653, 656, 674, 675, 676, 683, 707, 725, 731, 734, 748, 762 e 763, de 2011; 58, 68, 122, 131, 177, 223, 232, 285, 287, 328, 363, 372, 399, 411 e 453, de 2012; 41, 55, 78, 87, 104, 111, 147, 228, 243, 357, 404, 429, 451, 490 e 516, de 2013). (Tramitam em conjunto as seguintes matérias: PLS 236/2012 e PLS 150/2015). Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal



				ao 171); III - Crimes contra a Propriedade Imaterial (art. 172 ao 179); IV - Crimes Contra a Dignidade Sexual (art. 180 ao 189); V - Crimes Contra a Incolumidad		
13	PLS 00561/2009 SF	Sen. Marcelo Crivella – PRB/RJ	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer formato específico para o instrumento de fiscalização dos contratos de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia.	Estabelece que, no caso de obras e serviços de engenharia, arquitetura e agronomia, a fiscalização da execução de todo e qualquer contrato será obrigatoriamente registrada em Laudo de Fiscalização Técnica; e determina as condições e requisitos para a elaboração desse documento.	Data: 14/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Aguardando leitura de requerimento de tramitação conjunta, do Senador José Pimentel, que se dará quando todas as matérias referidas no requerimento (Projetos de Lei do Senado nºs 234 e 366 de 2008; 561 de 2009; 5, 424, 447, 480, 485, 496, 584 e 654 de 2011; 27, 56, 87, 118, 161, 171, 181, 192, 201, 254, 255, 262, 271, 323, 367, 403, 447 e 450 de 2012; 99, 112, 129, 195, 244, 261, 278, 375, 401, 426, 554 e 559 de 2013; 11, 20, 91, 153, 359 e 404 de 2014; 44, 51, 484, 582, 604 e 610 de 2015; e com o Projeto de Lei da Câmara nº 77 de 2015) estiverem sobre a mesa, nos termos do art. 266 do RISF. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	Senado Federal
14	PEC 00071/2013 SF	Sen. Ricardo Ferraço – PMDB/ES e	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade	Altera a Constituição Federal para estabelecer que são	Data: 28/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO	Senado Federal



		outros	da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	bens da União os terrenos de marinha e seus acrescidos, com exceção das áreas localizadas em ilhas costeiras, sede de Municípios.	SENADO Aguardando recebimento de matérias para leitura de requerimento, do Senador Delcídio do Amaral, de tramitação conjunta das PECs 53/2007, 56/2009 e 71/2013. Situação: AGUARDANDO LEITURA DE REQUERIMENTO	
15	PLS 00212/2008 SF	Sen. Cristovam Buarque – PDT/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, com vistas a estabelecer padrões adequados de acessibilidade e conforto para as dependências internas, inclusive aquelas reservadas para moradia de trabalhadores domésticos.	Visa estabelecer a garantia de condições dignas nas instalações reservadas à moradia e área de serviço dos trabalhadores domésticos, mediante observações de requisitos mínimos de espaço para quartos e banheiros, ventilação, iluminação, ergonomia, conforto, privacidade e qualidade de materiais e equipamentos utilizados.	Data: 17/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CAS - Comissão de Assuntos Sociais Recebido novo Relatório da Senadora Lídice da Mata, com alteração na análise e no voto, concluindo pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2008; das Emendas nºs 1-CCJ-CDR, 2-CCJ-CDR e da Subemenda da Senadora Marta Suplicy à Emenda nº 1-CCJ-CDR. (fls. 49 a 51) Matéria pronta para a Pauta na Comissão. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
16	PLS 00443/2013 SF	Sen. Cássio Cunha Lima – PSDB/PB	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de	Altera os arts. 5º-A e 51 da Lei nº 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), para determinar a obrigatoriedade de	Data: 29/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Em reunião realizada em 29/03/2016, a apreciação da matéria foi adiada. Situação: PRONTA	Senado Federal



			assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de plantio de árvores nos conjuntos habitacionais.	plantio de árvores nos conjuntos habitacionais e assentamentos urbanos, equivalente a pelo menos uma árvore por unidade habitacional.	PARA A PAUTA NA COMISSÃO	
17	PLS 00189/2015 SF	Sen. Randolfe Rodrigues – REDE/AP	Dispõe sobre a denominação e a redenominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.	Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços, monumentos públicos, exigindo que seja estabelecida por lei, atestada a alta relevância histórico-cultural pelo órgão de preservação do patrimônio histórico-cultural da União ou dos demais entes federativos.	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 19h03min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento da tramitação.; Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 57ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa a constar o Parecer da CE, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CE e 2-CE. Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO	Senado Federal
18	PEC 00053/2007 SF	Almeida Lima e outros	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das	Determina, a partir das áreas provenientes da	Data: 07/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em	Senado Federal



			Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Ricardo Ferraço, para reexame do Relatório. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e nº 56, de 2009). Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
19	PEC 00056/2009 SF	Sen. Marcello Crivella – PRB/RJ	Acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários.	Estabelece competência à União de autorizar a transferência do domínio pleno dos terrenos de marinha e seus acrescidos, nos termos do inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, aos foreiros, ocupantes, arrendatários e cessionários, mediante pagamento de valor equivalente à parcela do domínio detida pelo Poder Público, nos termos da lei.	Data: 07/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a matéria é retirada de Pauta e encaminhada ao Gabinete do Relator, Senador Ricardo Ferraço, para reexame do Relatório. (Tramitam em conjunto as PECs nº 53, de 2007 e nº 56, de 2009). Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
20	PLS 00099/2013 SF	Sen. Acir Gurgacz – PDT/RO	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução	Altera a Lei nº 8666/93 – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal,	Data: 30/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 16h39min. Matéria aguardando distribuição. Situação:	Senado Federal



			de obra pública nas condições que especifica.	institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer que, uma vez iniciada a execução da obra, é vedada sua suspensão ou cancelamento por razões preexistentes à aprovação do projeto básico.	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	
21	PLS 00396/2014 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), para dispor acerca da delimitação das áreas verdes urbanas e áreas urbanas passíveis de reflorestamento como conteúdo mínimo do plano diretor.	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, para dispor que o plano diretor deverá conter a delimitação das áreas verdes urbanas, previstas no art. 3º, inciso XX, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, bem como a delimitação das áreas urbanas a serem reflorestadas.	Data: 01/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Matéria adiada devido ao cancelamento da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, agendada para esta data. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal
22	PLS 00208/2015 SF	Se. Marcelo Crivella – PRB/RJ	Altera a Lei nº 6.766, de 10 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo	Altera a Lei nº 6.766/1979 (Lei de Loteamento e Parcelamento do	Data: 12/11/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão, Senador José	Senado Federal



			urbano e dá outras providências, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos.	Solo) e a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), para disciplinar o condomínio edilício de lotes urbanos, estabelecendo que em um imóvel pode haver lotes de propriedade exclusiva e utilização independente. As servidões de direito público passam a integrar o domínio do Município desde o registro do loteamento.	Maranhão, designa Relatora da matéria a Senadora Ana Amélia. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	
23	PLS 00667/2015 SF	Sen. Reguffe – PDT/DF	Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras	Altera o Estatuto da Cidade, para redefinir o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo incluir obrigatoriamente diretrizes para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação.	Data: 22/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 22/10/2015, o Senador Randolfe Rodrigues é designado relator da matéria. Matéria encaminhada ao Gabinete do Relator. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



			providências.			
24	PLS 00304/2015 SF	Se. Davi Alcolumbre – DEM/AP	Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de “Terraço Verde” nos locais que especifica e dá outras providências.	Dispõe que as edificações com mais de três pavimentos, em cidades com mais de quinhentos mil habitantes, adotarão sistema de cobertura mediante a aplicação de vegetação capaz de absorver o escoamento superficial das águas pluviais e diminuir as ilhas de calor (Terraço Verde), observadas as condições e prescrições técnicas que estabelece.	Data: 01/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Ao Senhor Senador DOUGLAS CINTRA, para relatar. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
25	PLS 00051/2015 SF	Sen. Cássio Cunha Lima – PSDB/PB	Altera as Leis nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras	Altera os arts. 3º, 5º, 19 e 45, e acrescenta o art. 45-A à Lei nº 11.445/2007 (Lei de Saneamento Básico), e altera o art. 40 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), para regular o abastecimento de água por fontes alternativas, tais como água de reúso e água	Data: 24/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Encaminhado à CMA, para prosseguimento da tramitação.; Data: 24/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Na 2ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador José Medeiros, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto. Situacao: APROVADO PARECER NA	



			providências, e nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para instituir normas sobre o abastecimento de água por fontes alternativas.	de chuva, determinando sua inclusão em plano diretor e plano de saneamento básico, bem como excepcionando a exclusividade no abastecimento de água pela rede pública.	COMISSÃO	
26	PLS 00217/2014 SF	Sen. Romero Jucá – PMDB/RR	Altera a Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o financiamento de bens de consumo duráveis a beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para incluir os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Inclui os materiais de construção entre os produtos adquiríveis pelo Cartão “Minha Casa Melhor”.	Data: 05/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CAE - Comissão de Assuntos Econômicos O presidente em exercício da Comissão, senador Raimundo Lira, designa o senador Elmano Férrer relator da matéria. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
27	PLS 00745/2015 SF	Sen. Wilder Morais – PP/GO	Altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, (Estatuto da Cidade); nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe	Altera as Leis nº 10.257/01, Estatuto da Cidade; nº 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; nº 11.977/09, que dispõe sobre a regularização	Data: 17/02/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Designada Relatora da matéria a Senadora Sandra Braga. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



			sobre a regularização fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental.	fundiária de assentamentos urbanos; nº 9.427/96, que disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; e nº 10.438/02, que dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica; para harmonizar a distribuição de energia elétrica em baixa tensão com as políticas urbana e ambiental. Qualifica como improbidade administrativa o fornecimento de energia elétrica a assentamento irregular para o qual não haja projeto de regularização fundiária aprovado.		
28	PLS 00753/2015 SF	Sen. Lídice da Mata – PSB/BA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para tornar obrigatória a implantação de sistemas de reúso direto não potável nas	Altera a Lei do Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) para tornar obrigatória a implantação de	Data: 11/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CI - Comissão de Serviços de Infraestrutura Matéria constante da Pauta da 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura,	Senado Federal



			instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso.	sistemas de reuso direto não potável nas instalações e infraestruturas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário construídas com recursos da União e para exigir a adequação de novas edificações nas localidades onde houver sistemas de reuso	agendada para o dia 16/03/2016. Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	
29	PLS 00049/2014 SF	Inácio Arruda e outros	Altera a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, para dispor sobre gratuidade de ingresso em museus.	Altera a Lei nº 11.904/09 – que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências – para estabelecer que o acesso às instituições museológicas participantes do Sistema Brasileiro de Museus é gratuito aos estudantes de artes, museologia, arquitetura, audiovisual, música, design e moda.	Data: 20/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Na 57ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta a pedido do Senador Donizeti Nogueira, para reexame do Relatório. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
30	PDS	José Sarney e	Susta, por exorbitar do		Data: 19/01/2015 Casa: Senado	Senado



	00151/2014 SF	outros	poder regulamentar, o art. 1º, item 16, da Resolução 417/1998 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos arts. 59 e 60 da Lei 5.194/1966.		Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO	Federal
31	PLS 00193/2013 SF	Dep. Pedro Henry - PP/MT	Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Altera a Lei nº 12.527/2011, que regula o acesso a informações, para determinar que também subordinam-se ao regime desta Lei a Ordem dos Advogados do Brasil e os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
32	PLS 00324/2015 SF	Sen. Donizeti Nogueira - PT/TO	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Obriga que novas edificações, residenciais, comerciais, industriais, públicas ou privadas, tenham incluído no projeto técnico da obra item referente a captação e aproveitamento de	Data: 29/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CMA - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle Em reunião realizada em 29/03/2016, a apreciação da matéria foi adiada. Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO	Senado Federal



				águas pluviais e o seu reuso para fins não consuntivos em áreas comuns.		
33	PLS 00401/2013 SF	Sen. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB /SP	Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental.	Altera a Lei nº 8666/93 – que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – para estabelecer como anexo do edital de licitação no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental, a licença exigida pela legislação aplicável para a sua instalação.	Data: 02/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido, às 10h35min, o Relatório reformulado pelo Senador Antonio Anastasia, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria incluída na Pauta da Comissão. Situacao: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO	Senado Federal
34	PLS 00121/2014 SF	Poder Executivo	Institui normas gerais sobre segurança contra incêndio e pânico.	Estabelece diretrizes gerais de segurança contra incêndio e pânico, visando à proteção da vida e à redução de danos ao meio ambiente e ao patrimônio. As	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa o Senador Acir Gurgacz Relator da Matéria. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				referidas normas de segurança se aplicam às edificações, às atividades e às áreas de risco, urbanas e rurais, localizadas no território nacional, bem como às construções, às reformas, às ampliações ou às mudanças de atividade ou ocupação de imóveis. Dispõe sobre: a) a classificação das edificações e áreas de risco e das medidas de segurança; b) as exigências e a fiscalização; c) as responsabilidades; d) as penalidades e sua aplicação; e e) os locais de reunião de público. Estabelece que a lei entrará em vigor seis meses após sua publicação.		
35	MPV 00678/2015 CD PLV 00017/2015	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de	Aplica o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC nas licitações e	Data: 29/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexado o Ofício CN nº 471, de 28/10/15, ao Senhor	Senado Federal



	SF		Contratações Públicas.	contratos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais e unidades de atendimento socioeducativo e nas ações de Segurança Pública.	Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, encaminhando a Mensagem CN nº 82/15, à Excelentíssima Senhora Presidenta da República, submetendo à sanção presidencial autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 17/15 (fls. 416 a 422). Anexado o Ofício CN nº 472, de 28/10/15, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando que foi encaminhado à sanção presidencial o Projeto de Lei de Conversão nº 17/15 (fls. 423). Situação: REMETIDA À SANÇÃO; Data: 03/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido Of. 67-CN, de 03/03/16, comunicando o término do prazo para edição de decreto legislativo regulando as relações jurídicas decorrentes desta Medida Provisória e a extinção da Comissão Mista destinada à apreciação da matéria.	
36	MPV 00700/2015 CD	Poder Executivo	Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.	Altera as Leis nºs 9.514, de 1997; 6.766, de 1979; 12.787, de 2013 e revoga dispositivo legal da Lei nº 6.015, de 1973.	Data: 09/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ato Declaratório nº 3, de 08/03/16, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória nº 700, de 08/12/15, pelo período de sessenta dias. Diário Oficial da União de 09/03/16, Seção 1, Página 4.	Câmara dos Deputados
37	MPV 00703/2015	Poder Executivo	Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para	Revoga dispositivo da Lei nº 8.429, de 1992.	Data: 24/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	



	CD		dispor sobre acordos de leniência.		Câmara dos Deputados (MESA) Ato Declaratório nº 7, de 23/3/16, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória nº 703, de 18/12/15, pelo período de sessenta dias. Diário Oficial da União de 24/3/16, Seção 1, Página 1.	
38	MPV 00698/2015 CD PLV 00003/2016 SF	Poder Executivo	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre operações de financiamento habitacional com desconto ao beneficiário concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para aquisição de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida construídos com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR.		Data: 22/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 363/16/SGM-P. Inteiro teor	
39	PEC 00039/2011 CD	Dep. Arnaldo Jordy – PPS/PA	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.	Determina, a partir das áreas provenientes da extinção do instituto do terreno de marinha, quais continuarão sob posse da União.	Data: 01/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Deferido o REQ. 3995/2016, nos termos do seguinte despacho: "Defiro, "ad referendum" do Plenário, a prorrogação do prazo por mais 20 (vinte) sessões. Publique-se.	Câmara dos Deputados
40	PEC 00185/2003	Dep.Maurício	Dá nova redação ao inciso XIII do art. 5º , XXIV do art.	Inclui os Conselhos de Fiscalização	Data: 19/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	



	CD	Quintella Lessa – PSB/AL	21, IX do art. 103 e XII do art. 109 da Constituição Federal e dá outras providências.	Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e extingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas.	Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015. Inteiro teor	
41	PEC 00016/2015 CD	Dep. Heráclito Fortes - PSB/PI	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o § 3º do art. 49 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e dá outras providências.	Estabelece que os bens públicos definidos como terrenos de marinha e seus acrescidos passarão a integrar o patrimônio dos Municípios.	Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acrescidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados



42	PEC 00027/2015 CD	Dep. Cesar Souza - PSD/SC	Acrescenta parágrafos ao art. 20 da Constituição Federal, revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal e o §3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir os terrenos de marinha e seus acréscidos e dá outras providências.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
43	PEC 00030/2015 CD	Dep. Lelo Coimbra - PMDB/ES	Revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis.		Data: 30/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 39-A, de 2011, do Sr. Arnaldo Jordy e outros, que "revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para extinguir o instituto do terreno de marinha e seus acréscidos e para dispor sobre a propriedade desses imóveis", e apensadas (PEC03911) Recebimento pela PEC03911, apensada à PEC-39/2011	Câmara dos Deputados
44	PEC 00285/2008 CD	Dep. Paulo Teixeira - PT/SP e outros	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos	Conhecida como "PEC da Habitação".	Data: 19/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 2754/2015, pelo Deputado Marcos Abrão (PPS-GO), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à	Câmara dos Deputados



			Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social.		Constituição nº 285, de 2008, que "Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para dispor sobre a vinculação de recursos orçamentários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios aos respectivos Fundos de Habitação de Interesse Social". Inteiro teor	
45	PL 00985/2015 CD PLC 00036/2015 SF	Domingos Neto	Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para alterar as penas nele previstas para o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Altera a pena o crime de pichação de edificação ou monumento urbano.	Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 15h15. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR; Data: 07/05/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Senado Federal
46	PL 06830/2013 CD	Dep. Valdir Colatto - PMDB/SC	Altera a Lei nº 12.651, de 25 maio de 2012, para dispor sobre as áreas de proteção permanente no perímetro urbano e nas regiões metropolitanas.		Data: 04/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	Câmara dos Deputados
47	PL 00696/2003 CD PLC 00166/2008 SF	Dep. Zezeu Ribeiro - PT/BA	Dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura e dá outras		Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 3750/2015, pelo Deputado Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), que: "Requerimento	Câmara dos Deputados



			providências.		de inclusão na pauta de votações do Projeto de Lei nº. 696, de 2003, que "dispõe sobre o acesso à informação de valor didático por alunos e professores nas áreas de engenharia e arquitetura, e dá outras providências". Inteiro teor	
48	PL 00791/2011 CD	Dep. Jovair Arantes - PTB/GO	Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.		Data: 08/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvida à Relatora, Dep. Jozi Araújo (PTB-AP), a pedido.	Câmara dos Deputados
49	PL 07841/2014 CD PLS 00399/2011 SF	Sen. Roberto Requião – PMDB/PR	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da educação), para dispor sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Altera a Lei nº 9394/96 - que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação - para determinar que os diplomas de cursos de graduação, Mestrado ou Doutorado de reconhecida excelência acadêmica, expedidos por instituições de educação superior estrangeiras, poderão ter revalidação ou reconhecimento	Data: 06/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor Apense-se a este(a) o(a) PL-4067/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados



				automático; estabelece que o Poder Público divulgará, periodicamente, a lista de cursos e instituições acima referidas.		
50	PL 07093/2014 CD PLC 00164/2015 SF	Dep. Irajá Abreu - DEM/TO	Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.	Estabelece critérios para dispensa de alvará na averbação de construção residencial urbana unifamiliar.	Data: 22/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 22.10.2015, por solicitação do Senador Dário Berger, Relator da Matéria, o processado é enviado a seu Gabinete. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA; Data: 22/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Em 22/10/2015, o Senador Dário Berger é designado relator da matéria. Matéria encaminhada ao Gabinete do Relator. Situacao: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal
51	PL 00600/2011 CD	Dep. Augusto Coutinho - SD/PE	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que "dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências", para isentar os idosos de contribuição aos Conselhos e demais entidades de fiscalização profissional.		Data: 14/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



52	PL 04302/2012 CD	Dep. Laercio Oliveira - SD/SE	Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	Assegura ao contratado o direito de suspender o cumprimento de suas obrigações, assim que verificado qualquer atraso no pagamento da obra, serviço ou fornecimento contratado pelo Poder Público.	Data: 11/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação Publicado em avulso e no DCD de 12/12/2015, Letra B.	Câmara dos Deputados
53	PL 01292/1995 CD PLS 00163/1995 SF	Lauro Campos	ALTERA A LEI 8666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, QUE 'REGULAMENTA O ARTIGO 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, INSTITUI NORMAS PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.'	Obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar.	Data: 13/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À CCJC o Memorando nº 176/15 - COPER informando sobre apensação dos PLs 6429/09, 6439/09, 7023/10 e 5058/13 ao de nº 1491/96, tramitando em conjunto com o de nº 1292/95. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
54	PL 02043/2011 CD	Dep. Ricardo Izar - PSD/SP	Regula o exercício da profissão de paisagista e dá outras providências.		Data: 25/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pela Deputada Flávia Morais (PDT-GO). Inteiro teor Parecer da Relatora, Dep. Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da CDU, com	Câmara dos Deputados



					subemenda. Inteiro teor	
55	PL 02245/2007 CD	Dep. Reginaldo Lopes - PT/MG	Regulamenta a profissão de Tecnólogo e dá outras providências.		Data: 17/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 3782/2015, pela Deputada Moema Gramacho (PT-BA), que: "Requerimento de inclusão na ordem do dia". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
56	PL 02664/2011 CD	Dep. Arnaldo Jardim - PPS/SP	Regulamenta o exercício da profissão de Gestor Ambiental.	Determina exigências para o exercício da profissão de Gestor Ambiental; determina as atividades desses profissionais; considera, nos casos expostos, o exercício ilegal da profissão e estipula responsabilidade de autoria de planos ou projetos.	Data: 08/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
57	PL 07607/2010 CD PLC 00013/2013 SF	José Chaves	Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, caracterizando como essenciais e exclusivas de Estado as atividades exercidas por Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros- Agrônomos ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e	Altera a Lei nº 5194/66 – que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro- Agrônomo e dá outras providências – para estabelecer que as atividades próprias das profissões de	Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita o desapensamento do PLC nº 13/2013. Situacao: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO; Data: 10/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN -	Senado Federal



			municipal.	Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, quando realizadas por profissionais ocupantes de cargo efetivo no serviço público federal, estadual e municipal, são consideradas atividades essenciais e exclusivas de Estado.	SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encaminhado à publicação o Requerimento nº 660, de 2015, do Senador Romero Jucá, que solicita, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2013, apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2014, passe a tramitar em separado. O Requerimento será incluído em Ordem do dia oportunamente. Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	
58	PL 03370/2012 CD PLC 00031/2014 SF	Dep. Augusto Coutinho - DEM/PE	Estabelece a Política Nacional de Manutenção Predial; cria o Plano de Manutenção Predial; institui a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas em edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais, destinadas à conservação e/ou à recuperação da capacidade funcional das edificações; e dá outras providências.	Dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predial e determina a obrigatoriedade de inspeções técnicas visuais e periódicas nas edificações públicas ou privadas, residenciais, comerciais, de prestação de serviços, industriais, culturais, esportivas e institucionais em todo o território nacional, bem como as regras de manutenção preventiva e corretiva de danos aos	Data: 19/06/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador José Maranhão, designa Relator da matéria o Senador Romero Jucá. Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA	Senado Federal



				consumidores adquirentes e usuários de imóveis; define os objetivos da Política Nacional de Manutenção Predial; Dispõe sobre as Diretrizes da Política Nacional de Manutenção Predial; dispõe sobre os direitos do titular da edificação e dos possuidores de edificações privadas; estabelece os deveres dos responsáveis por edificação pública; define as obrigações dos construtores; dispõe sobre a Política Nacional de Manutenção Predi		
59	PL 04749/2009 CD	Dep Celso Russomanno – PRB/SP	Eleva a dez anos a responsabilidade do empreiteiro pela solidez e segurança de edifícios e outras construções consideráveis.	Aumenta o tempo de responsabilidade do empreiteiro de 5 (cinco) para 10 (dez) anos.	Data: 01/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 02/12/2015, Letra A.	Câmara dos Deputados
60	PL 06699/2002	Jose Carlos Coutinho	Modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras	Inclui como Crime contra a Saúde	Data: 26/03/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (Câmara dos



	CD		providências.	Pública o exercício ilegal da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo. Alterando o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940.	PLEN) Apresentação do Requerimento n. 1186/2015, pela Deputada Leandre (PV-PR), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 6699, de 2002, que "modifica dispositivo do Código Penal, e dá outras providências"". Inteiro teor	Deputados
61	PL 04692/2012 CD PLC 00097/2015 SF	Dep. Ricardo Izar - PSD/SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de designer de interiores e ambientes e dá outras providências.	Data: 14/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Aguardando Inclusão em Ordem do Dia. Discussão, em turno único. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 14/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO Encerrou-se no dia 11 de dezembro o prazo para apresentação de emendas ao presente projeto. Não foram oferecidas emendas. A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 14/12/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Encaminhado ao Plenário para comunicação do término de prazo para apresentação de emendas.	Senado Federal
62	PL 06014/2013 CD PLS	Sen. Marcelo Crivella – PRB/RJ	Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo	Cria a exigência da inspeção prévia e periódica em	Data: 09/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Câmara dos Deputados



	00491/2011 SF		de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).	edificações (exceto edificação de barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica), destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção; estabelece que o objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializada, utilizando-se de Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE) para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários; dispõe que após a emissão do laudo pelo órgão responsável pela fiscalização e controle	CCJC) Devolvido ao Relator, Dep. Covatti Filho (PP-RS), para reexame.	
--	------------------	--	---	--	---	--



				das inspeções cabe ao proprietário ou responsável pela administração da edificação providenciar as ações corretivas, sob pena de multa diária; dispõ		
63	PL 03699/2004 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sa - PTB/SP	Dispõe sobre a especialização do engenheiro de prevenção e combate a incêndios, do técnico de prevenção e combate a incêndios e do bombeiro civil e dá outras providências.		Data: 09/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-176/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
64	PL 01365/2011 CD	Dep. Vieira da Cunha - PDT/RS	Dispõe sobre condições necessárias à abertura e ao funcionamento de parques de diversão e similares e impõe responsabilidade solidária ao proprietário e ao administrador do empreendimento por danos causados em decorrência do mau estado de conservação, falhas técnicas em equipamentos ou de operação em desacordo com o disposto nesta Lei.		Data: 27/01/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Félix Mendonça Júnior (PDT-BA)	Câmara dos Deputados
65	PL	Sen. Ataídes	Isenta do Imposto sobre a	Isenta do Imposto	Data: 16/12/2015 Casa: Câmara dos	Câmara



	08322/2014 CD PLS 00317/2013 SF	Oliveira – PSDB/TO	Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar.	sobre a Importação os equipamentos e componentes de geração elétrica de fonte solar; estabelece que a isenção cessará quando houver oferta do bem produzido no Brasil em condições similares às do importado quanto ao padrão de qualidade, conteúdo técnico, preço e capacidade produtiva; dispõe que a lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.	Deputados Tramitação: Comissão de Minas e Energia (CME) - 09:30 Reunião Deliberativa Ordinária Aprovado por unanimidade o Parecer.	dos Deputados
66	PL 05858/2013 CD PLS 00119/2011 SF	Sen. Ataídes Oliveira – PDT/RO	Altera as Leis nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano), e nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade) para incluir a diretriz de implantação de eventuais redes subterrâneas de	Inserir o § 7º ao art. 2º da Lei nº 6.766/1979 para dispor que as obras de pavimentação urbana devem ser precedidas pela implantação de eventuais redes subterrâneas de	Data: 08/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Designado Relator, Dep. Cícero Almeida (PRTB-AL)	Câmara dos Deputados



			serviços previamente às obras de pavimentação, bem como vedar a concessão de financiamento federal a obras municipais que não sigam esse princípio.	serviços; altera a Lei 10.257/2001 para inserir o inciso XVII ao art. 2º, que exige a implantação de redes subterrâneas de serviços previamente às obras de pavimentação urbana; estabelece que a concessão de financiamento federal para obras viárias a Municípios sujeitos à obrigatoriedade do plano diretor fica condicionada ao atendimento da implantação de redes subterrâneas prévias às obras de pavimentação urbana.		
67	PL 01703/2011 CD	Dep. Jorge Tadeu Mudalen - DEM/SP	Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências.		Data: 23/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
68	PL 01562/2011 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT/BA	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para estabelecer diretriz quanto à adoção de tecnologias		Data: 17/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhado à CCP;	Câmara dos Deputados



			construtivas ambientalmente adequadas.		Data: 17/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.	
69	PL 02457/2011 CD PLS 00411/2007 SF	Sen. Marcelo Crivella – PRB/RJ	Institui mecanismos de estímulo à instalação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais e de reutilização de águas servidas em edificações públicas e privadas.		Data: 16/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados
70	PL 08331/2015 CD PLS 00541/2011 SF	Aloysio Nunes Ferreira – PSDB/SP	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos.	Altera a Lei nº 10.257/2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para	Data: 14/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência Publicado em avulso e no DCD de 15/12/2015, Letra B.	Câmara dos Deputados



				garantir acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida nos passeios públicos.		
71	PL 02897/2008 CD PLC 00059/2010 SF	Miguel Martini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - Estatuto da Cidade, no que diz respeito à arborização urbana.	inclusão, no Estatuto da Cidade, de obrigação de o plano diretor do município conter diretrizes para o plano de arborização urbana, que deve estabelecer normas sobre o plantio e a conservação de árvores nos logradouros públicos e criar programa de educação ambiental para garantir a participação da população no trato da arborização.	Data: 15/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Urbano Publicado em avulso e no DCD de 16/04/14 PAG 247 COL 01, Letra G. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
72	PL 04095/2012 CD	Dep. Bohn Gass - PT/RS	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, no		Data: 12/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Enio Verri (PT-PR)	Câmara dos Deputados



			sentido da promoção do equilíbrio ambiental e das cidades sustentáveis.			
73	PL 05015/2013 CD	Dep. Félix Mendonça Júnior - PDT/BA	Inclui dispositivo na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), que prevendo, nas cidades com mais de duzentos mil habitantes, contrapartida pela valorização imobiliária decorrente do aumento do potencial construtivo ou da alteração de uso de solo.		Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:30 Reunião Deliberativa Extraordinária Cumprindo prazo de vista.; Data: 08/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) Prazo de Vista Encerrado	Câmara dos Deputados
74	PL 06709/2009 CD PLS 00198/2009 SF	Rosalba Ciarlini	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, para acrescentar dispositivos de controle social da política urbana e de habitação.		Data: 15/10/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Paulo Teixeira (PT-SP)	Câmara dos Deputados
75	PL 02629/2011 CD	Sen. Ana Amélia - PP /RS	Obriga a inclusão de ciclovias quando do projeto e da execução de obras rodoviárias federais.		Data: 19/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CCJC, pelo Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Veneziano Vital do Rêgo (PMDB-PB), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica	Câmara dos Deputados



					legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. Inteiro teor	
76	PL 05420/2013 CD PLS 00356/2011 SF	Dep. Fabio Faria - PSD/RN	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Altera a Lei nº 10.257/2001 que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências", denominado Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes.	Data: 17/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Designado Relator, Dep. Pepe Vargas (PT-RS)	Câmara dos Deputados
77	PL 03228/2008 CD PLS 00350/2005 SF	Sen. Antonio Carlos Valadares – PSB/SE	Altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor.		Data: 30/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
78	PL 06462/2009	Renato Casagrande	Modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que	Altera requisitos para a elaboração e plano	Data: 13/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de	Câmara dos



	CD PLS 00205/2008 SF		"estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências", para determinar que o planejamento para a prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.	diretor; estabelece exigências a elaboração de plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, considerando o determinado no plano diretor; determina que a União atuará supletivamente no mapeamento das áreas de risco, apoiando as demais entidades da Federação.	Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA), a pedido.	Deputados
79	PL 03252/2012 CD	Ana Rita	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a adoção de medidas voltadas para o amortecimento e a retenção das águas pluviais em áreas urbanas.	Estabelece requisitos aos índices urbanísticos de parcelamento do solo urbano, concernentes ao aproveitamento, impermeabilização e excedente máximo de chuvas carreado para a rede pública; trata, também, da disciplina para o aproveitamento de águas pluviais em lotes urbanos.	Data: 13/06/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-6462/2009	Câmara dos Deputados



80	PL 05655/2009 CD	Poder Executivo	Dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros no território nacional, o instituto da naturalização, as medidas compulsórias, transforma o Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências.	Projeto de Lei chamado de "Lei do Estrangeiro". Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940 e a Lei nº 10.683, de 2003. Revoga as Leis nºs 6.815, de 1980; 6.964, de 1981; 9.076, de 1995; o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.236, de 1985; e o inciso I do art. 5º da Lei nº 8.422, de 1992.	Data: 10/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-3354/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
81	PL 00816/2011 CD	Dep. Rubens Bueno - PPS/PR	Dispõe sobre a regulamentação de novas profissões		Data: 08/10/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Designado Relator, Dep. Giovani Cherini (PDT-RS)	Câmara dos Deputados
82	PL 01004/2011 CD	Dep. Efraim Filho - DEM/PB	Dispõe sobre as contribuições dos Conselhos Profissionais.		Data: 20/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolvido ao Relator, Dep. Vicentinho (PT-SP) Devolvida sem Manifestação. Deputado Vicentinho abriu mão da relatoria. Designado Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS)	Câmara dos Deputados
83	PL 04029/2008 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/M	Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País.	Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da	Data: 02/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas	Câmara dos Deputados



				administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.	emendas ao substitutivo.	
84	PL 05680/2013 CD	Dep. Glauber Braga - PSB/RJ	Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.		Data: 27/05/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária Retirado de pauta, de ofício.	Câmara dos Deputados
85	PL 02861/2008 CD PLS 00227/2005 SF	Sen. Alvaro Dias - PV/PR	Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.		Data: 01/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 2342/2015, pelo Deputado Kaió Maniçoba (PHS-PE), que: "Requer a inclusão na pauta de votações da Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2861/2008, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
86	PL 03443/2012 CD PLC 00070/2013 SF	Dep. Pedro Uczai - PT/SC	Dispõe sobre a expedição de carteiras de registro profissional.	Estabelece a expedição de carteiras profissionais provisórias com validade de 180 (cento e oitenta) dias.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
87	PL	Dep. Onofre	Dispõe sobre a construção e		Data: 22/04/2015 Casa: Câmara dos	Câmara



	00866/2011 CD	Santo Agostini - DEM/SC	reforma de postos revendedores de combustíveis, estabelece a obrigatoriedade na execução de medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança contra explosões e incêndios, e da outras providências.		Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Defiro o Requerimento n. 1.321/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados - RICD, e revejo o despacho inicial aposto ao Projeto de Lei n. 866/2011 para incluir a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio. Por versar a referida proposição matéria de competência de mais de três Comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do RICD, decido pela criação de Comissão Especial. Publique-se. Oficie-se.[ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 866/2011: às CDEIC, CME, CDU, CMADS e CCJC (art. 54 do RICD) - Proposição sujeita à apreciação do Plenário. Regime de tramitação: Urgência do art. 155 do RICD.] Inteiro teor	dos Deputados
88	PL 06179/2009 CD	Dep. Bonifacio de Andrada - PSDB/MG	Dispõe sobre o Bacharelado em Segurança do Trabalho e dá outras disposições.	Altera a Lei nº 7.410, de 1985.	Data: 11/02/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015. Inteiro teor Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-356/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
89	PL 04923/2013 CD	Dep. Nilda Gondim - PMDB/PB	Dispõe sobre as obrigações que devem ser observadas por proprietários,		Data: 02/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)	Câmara dos Deputados



			administradores e responsáveis por boates, casas de shows, bares, restaurantes e estabelecimentos congêneres, que funcionem em locais fechados, estabelecendo maior rigor para a liberação de seus alvarás de funcionamento.		Encaminhado à republicação - Avulso letra C, para inclusão de apensado.	
90	PL 01391/2011 CD PLC 00024/2013 SF	Dep. Penna - PV/SP	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer. Define Designer, para os fins da Lei, como todo aquele que desempenha atividade especializada de caráter técnico-científico, criativo e artístico para a elaboração de projetos de design passíveis de seriação ou industrialização que atendam, tanto no aspecto de uso quanto no aspecto de percepção, necessidades materiais e de	Data: 17/12/2015 Casa: Senado Federal Tramação: SARQ - Secretaria de Arquivo Devolvido e arquivado.	Senado Federal



				informação visual; dispõe sobre as exigências para o exercício da profissão de designer; define as atribuições do designer; estabelece que a expressão design só poderá constar da denominação de sociedade não empresária ou simples de prestação de serviços cuja diretoria for composta, em sua maioria, por designers conforme definido na Lei; dispõe sobre o exercício ilegal da profissão de design; estabelece		
91	PL 04931/2013 CD	Dep. Ronaldo Fonseca - PR/DF	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, estabelecendo requisitos para a aplicação de recursos públicos na pavimentação das vias urbanas e rodovias.	Exige a instalação de sistema de drenagem, rede de abastecimento de água e rede de esgotos.	Data: 15/05/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Recebimento pela CDU, apensado ao PL-5858/2013	Câmara dos Deputados
92	PL 01650/2015	Dep. Fabio Garcia -	Altera a Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004,		Data: 04/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da	Câmara dos



	CD	PSB/MT	que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.		Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-2365/2015. Inteiro teor	Deputados
93	PL 04947/2013 CD PLC 00056/2014 SF	Onofre Santo Agostini	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para vedar o direito de outorga onerosa do direito de construir às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Altera o art. 28 da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da cidade) para vedar a concessão do direito de outorga onerosa do direito de construir (emitida pelo Município para que o proprietário de um imóvel edifique acima do limite estabelecido no plano diretor, mediante pagamento) às casas noturnas, boates, casas de espetáculos ou afins.	Data: 10/03/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
94	PL 00963/2015 CD	Dep. Tereza Cristina - PSB/MS	Acrescenta o art. 9º-A a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispondo sobre a prioridade de alunos de instituições de ensino superior públicas na realização de estágio em obras públicas.		Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 11/04/15 PÁG 38 COL 01. Inteiro teor; Data: 10/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Recebimento pela	Câmara dos Deputados



					CTASP.	
95	PL 04697/2012 CD	Dep. Damiao Feliciano - PDT/PB	Dispõe sobre reserva de vagas para alunos oriundos da rede pública de ensino nos contratos e convênios de estágio.		Data: 08/04/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense- se a este(a) o(a) PL-963/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
96	PL 00840/2011 CD	Dep. Chico Alencar - PSOL/RJ	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, tendo em vista assegurar medidas de prevenção de enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.	Estabelece requisitos exigíveis ao plano diretor, de modo que este seja compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos; determina que para áreas consideradas em especial risco de enchentes, deve ser elaborado plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas e designa atuação supletiva da União junto aos demais entes da Federação quanto ao mapeamento das áreas de risco.	Data: 03/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Ofício SGM-P 2819/2015 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD. Encaminhado à CCP; Data: 03/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-1385/2011 apensada.	Câmara dos Deputados
97	PL 04566/2008 CD PLC 00103/2015	Comissão de Legislação Participativa	Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de	Altera a Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para dispor sobre a	Data: 24/08/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Matéria aguardando distribuição. Situação:	Senado Federal



	SF		Serviço – FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências.	remuneração das contas vinculadas do FGTS e estabelecer regime de transição, até 2019, para o aumento dessa remuneração. Os depósitos efetuados a partir de 2016 serão contabilizados em novas contas vinculadas e serão remunerados por meio dos mesmos parâmetros fixados para os depósitos de poupança. Os saques serão debitados, inicialmente, do saldo das novas contas vinculadas.	AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	
98	PL 02381/2015 CD PLC 00213/2015 SF	Dep. Luiz Carlos Busato - PTB/RS	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Institui a data de 15 de dezembro como o Dia Nacional do Arquiteto e do Urbanista.	Data: 30/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Recebido o processado da matéria. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
99	PL 01868/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PSD/RJ	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha vida", e a	Estabelece condições para fomentar a implantação de sistema de energia	Data: 26/06/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) Recebimento pela CMADS.	Câmara dos Deputados



			Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".	solar nas novas edificações comerciais e residenciais, bem como a definição de mecanismos para garantir o uso de sistema de captação e reaproveitamento da água.		
100	PL 02725/2011 CD PLC 00109/2014 SF	Romero Rodrigues	Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.	Proíbe às associações de moradores a cobrança de taxas dos moradores de vilas ou vias públicas de acesso fechado.	Data: 18/11/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 288/14/PS-GSE. Inteiro teor; Data: 08/07/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Recebido nesta Comissão às 17h15min. Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
101	PL 02020/2007 CD PLC 00033/2014 SF	Dep. Elcione Barbalho – PMBD/PA	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -	Estabelece diretrizes gerais para todo o país sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, a cargo dos municípios	Data: 15/04/2014 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 612/14/SGM-P. Inteiro teor; Data: 06/10/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexado o Ofício SF nº 1.470 de 06/10/15, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos	Câmara dos Deputados



			<p>Código Civil; e dá outras providências.</p>	<p>e do corpo de bombeiros; entre outros pontos, dispõe que os engenheiros e arquitetos, o corpo de bombeiros, a prefeitura municipal, os proprietários de estabelecimentos e os promotores de eventos observarão as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO); responsabiliza, por improbidade administrativa, o prefeito que deixar de prever as medidas de prevenção e combate a incêndio e desastres no planejamento urbano ou exceder os prazos para concessão de alvará</p>	<p>Deputados comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão e com emendas, o Projeto (fls. 113 a 115). Situacao: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS</p>	
--	--	--	--	--	--	--



				de		
102	PL 02313/2015 CD	Dep. Carlos Manato - SD/ES	Disciplina o regime de transparência da gestão financeira dos conselhos profissionais e dá outras providências.		Data: 26/08/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 2810/2015, pelos Deputados Maurício Quintella Lessa, Líder do PR e outros Líderes, que: "Com base no art. 155 do Regimento Interno, requeremos regime de urgência para apreciação do PL nº 2.313/2015". Inteiro teor	
103	PL 00138/2011 CD PLC 00159/2015 SF	Dep. Weliton Prado - PT/MG	Dispõe sobre normas de segurança e de manutenção em brinquedos dos parques infantis localizados em áreas de uso coletivo e em estabelecimentos de educação infantil e de ensino fundamental.	Estabelece normas de segurança e de manutenção em brinquedos playgrounds localizados em áreas de uso coletivo, públicas ou privadas, e determina sanções para o descumprimento de suas determinações, na forma que especifica. Estabelece que a Lei entra em vigor em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua publicação oficial.	Data: 09/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Matéria aguardando distribuição. Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Senado Federal
104	PL 03046/2015 CD PLS	Sen. Paulo Paim - PT/RS	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante	Dispõe que a pessoa jurídica integrante da administração pública	Data: 21/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido	Câmara dos Deputados



	00502/2011 SF		da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	indireta federal deve divulgar, inclusive na internet, os nomes e currículos de conselheiros, dirigentes e assessores de nível superior, bem como seus meios de contato, no mínimo, endereços, telefones e emails institucionais. Estabelece o conceito de dirigente e de assessor de nível superior. Dispõe que a lei tem vigência após 45 dias de sua publicação.	o Ofício nº 1347/2015 do Senado Federal, que submete à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, constante dos autógrafos em anexo, que "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes". Inteiro teor; Data: 21/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 3046/2015, pelo Senado Federal, que: "Altera o art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para estabelecer a obrigatoriedade de a administração pública divulgar os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus dirigentes". Inteiro teor; Data: 21/09/2015 Casa: Senado Federal Tramitação: SEXP - SECRETARIA DE EXPEDIENTE Anexada cópia do Ofício SF nº 1.347, de 21/09/2015, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 21 e 22). Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS	
--	------------------	--	--	---	---	--



105	PL 00359/2011 CD	Dep. Júlio Lopes - PP/RJ	Dispõe sobre a obrigatoriedade da Administração Pública integrante dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público exigir que os produtos, processos, sistemas construtivos, componentes e serviços de Construção Civil ao serem adquiridos, estejam em estrita observância ao estabelecido no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial-Sinmetro.		Data: 01/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
106	PL 05733/2009 CD PLS 00023/2004 SF	Sen. Marcelo Crivella - PRB/RJ	Altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).		Data: 18/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CDU, pelo Deputado Silvio Torres (PSDB-SP). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Silvio Torres (PSDB-SP), pela aprovação deste, do PL 1484/2007, do PL 1724/2007, do PL 3173/2008, do PL 7678/2006, do PL 6250/2009, do PL 7231/2010, do PL 1859/2011, do PL 242/2011, e do PL 2952/2011, apensados, na forma do substitutivo. Inteiro teor	



107	PL 07898/2014 CD	Dep. Carlos Bezerra - PMDB/MT	Altera o art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para estender o prazo exigido para a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.	Aumenta para 6 (seis) anos a apresentação dos Planos de Mobilidade Urbana.	Data: 15/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Despacho exarado no Requerimento de Urgência nº 3.352/2015: "Declaro a prejudicialidade deste, nos termos do Art. 164, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em face da aprovação do PL nº 7.898/14, nos termos do Art. 24, II do RICD". Arquite-se. Publique-se."	
108	PL 03788/2015 CD	Dep. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	Proíbe a inauguração de obra pública que não disponha de termo de recebimento definitivo, e dá outras providências.		Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Recebimento pela CCJC.; Data: 09/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/12/2015.	Câmara dos Deputados
109	PL 03778/2015 CD	Dep. Felipe Bornier - PSD/RJ	Dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 32 da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).".	Nos programas habitacionais públicos, os critérios de financiamento devem ser compatíveis com os rendimentos da pessoa com deficiência ou de sua família contemplando obrigatoriamente a redução das taxas de financiamentos.	Data: 16/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados



110	PL 03772/2015 CD	Dep. Giuseppe Vecci - PSDB/GO	Dispõe sobre medidas de abertura da economia no Brasil e de licitações.	Altera as Leis nº 10.406, de 2002; 8.934, de 1994; 5. 194, de 1966; 8.666, de 1993; 8.248, de 1991. Revoga dispositivos das Leis nº 11.578, de 2007; 9.478, de 1997; e 12. 351, de 2010.	Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 05/12/2015.	Câmara dos Deputados
111	PL 03610/2015 CD	Dep. Vitor Valim - PMDB/CE	Altera a Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro- Agrônomo, e dá outras providências, estendendo o tempo em que as placas com os nomes dos responsáveis técnicos pelas obras devem ficar nos recintos.		Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
112	PL 03636/2015 CD PLS 00105/2015 SF	Sen. Ricardo Ferraço - PMDB/ES	Acrescenta parágrafo ao artigo 16 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, determinando que os acordos de leniência celebrados por entes da Administração Pública sejam homologados pelo Ministério Público.	Revogam-se o § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 1992, e o inciso I do § 1º do art. 16 da Lei nº 12.846, de 2013.	Data: 22/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense- se a este(a) o(a) PL-4703/2016. Inteiro teor; Data: 22/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) À republicação - avulso inicial, para inclusão de apensados.	Câmara dos Deputados



113	PL 02137/2011 CD	Dep. Wilson Filho - PMDB/PB	Dispõe sobre incentivos à doação de sangue.		Data: 04/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense- se a este(a) o(a) PL-3760/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
114	PL 02579/1992 CD	Dep. Vasco Furlan - PDS/SC	Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais.		Data: 11/04/2012 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento n. 4923/2012, pelo Deputado Romero Rodrigues (PSDB-PB), que: "Solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2579 de 1992, que "Dispõe sobre o funcionamento dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional e sobre a correção monetária das importâncias devidas aos integrantes das respectivas classes e dos órgãos regionais"". Inteiro teor	Câmara dos Deputados
115	PL 03568/2015 CD	Dep. Lincoln Portela - PR/MG	Acrescenta artigo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que Regula o Programa do Seguro- Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício aos inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.		Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Câmara dos Deputados
116	PL	Dep. Vinicius	Altera a Lei de Diretrizes e		Data: 26/11/2015 Casa: Câmara dos	Câmara



	02546/2015 CD	Carvalho - PRB/SP	Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional.		Deputados Tramitação: Comissão de Educação (CE) Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	dos Deputados
117	PL 01944/2015 CD	Dep. Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB	Dispõe sobre a obrigatoriedade de os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas disponibilizarem meios de acesso público para consulta a informações cadastrais dos profissionais registrados.		Data: 15/09/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CTASP, pelo Deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). Inteiro teor Parecer do Relator, Dep. Daniel Vilela (PMDB-GO), pela aprovação, com emenda. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
118	PL 03545/2012 CD	Dep. Duarte Nogueira - PSDB/SP	Altera a Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, para instituir adicional de anuidade para as profissões regulamentadas, permitindo que os profissionais atuem em âmbito nacional.	Percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da anuidade paga pelo profissional.	Data: 14/07/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-2433/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
119	PL 05139/2009 CD	Poder Executivo	Disciplina a ação civil pública para a tutela de interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos, e dá outras providências.	Revoga as Leis nºs 7.347, de 1985 e 11.448, de 2007; e dispositivos das Leis nºs 7.853, de 1989; 7.913, de 1989; 8.069, de 1990; 8.078, de 1990; 8.884, de 1994; 9.008, de 1995; 9.494, de 1997; 10.257, de	Data: 12/05/2010 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado 1 recurso.	Câmara dos Deputados



				2001; 10.741, de 2003. Oriundo do Anteprojeto do Código Brasileiro de Processo Coletivo. PROJETO DO 2º PACTO REPUBLICANO.		
120	PL 06694/2013 CD	Dep. Arnaldo Faria de Sá - PTB/SP	Institui Cadastro de Peritos nos Órgãos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas.		Data: 19/11/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado, conforme aditamento do REQ nº 176/2015: "Retifico o despacho apostado ao REQ nº 176/2015, para desarquivar também o PL 6694/2013, de autoria do deputado Arnaldo Faria de Sá, e arquivado em 31/01/2015, na forma do art. 105, do RICD. Publique-se.".	Câmara dos Deputados
121	PL 02117/2011 CD	Dep. Penna - PV/SP	Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.		Data: 18/02/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4332/2016. Inteiro teor	Câmara dos Deputados
122	PL 04328/2016 CD	Dep. Laura Carneiro - PMDB/RJ	Institui o Estatuto das Pessoas com Obesidade.		Data: 23/03/2016 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Requerimento de Redistribuição n. 4213/2016, pelo Deputado Julio Lopes (PP-RJ), que: "Requer a revisão de despacho inicial apostado ao PL nº 4.328/2016, da Câmara dos Deputados, para que a Comissão de Desenvolvimento Urbano aprecie sobre o mérito". Inteiro teor	Câmara dos Deputados



123	PLP 00025/2007 CD PLC 00125/2015 SF	Barbosa Neto	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes do Simples Nacional; altera as Leis nºs 9.613, de 3 de março de 1998, e 12.512, de 14 de outubro de 2011; revoga dispositivo da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e dá outras providências.	Prorroga o prazo para que as empresas optantes do Simples Nacional ou "Supersimples", tenham o direito de parcelar os débitos relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2006.	Data: 23/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal A matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia, em virtude da aprovação de requerimento de urgência. Situação: PRONTO PARA DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO; Data: 23/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: ATRSGM - Assessoria Técnica Juntado original de manifestação do OFÍCIO GG Nº 63/2016, do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Fls 317/318).; Data: 23/03/2016 Casa: Senado Federal Tramitação: SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Encaminhado à Assessoria Técnica e Regimental da SGM para juntada de documentos.	Senado Federal
124	PLP 00171/2015 CD	Dep. Geraldo Resende - PMDB/MS	Altera o § 16 do art. 21 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para autorizar o parcelamento das dívidas tributárias das pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL em até 180 (cento e oitenta) meses.		Data: 18/12/2015 Casa: Câmara dos Deputados Tramitação: Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PLP-203/2015. Inteiro teor	Câmara dos Deputados